

© Direitos de publicação reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda.. Alameda Jaú, 404. CEP 01420. São Paulo. SP. Telefone: (011) 287-1825. Capa e diagramação de Claus Peter Bergner.

GE 000007788

REG — U.I.

BIBLIOTECA

RegP nº 6592
06/01/82

689

CIP-Brasil. Catalogação - na - Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

K21 c
2.ed.

Kalecki, Michal, 1899-1970.

Crescimento e ciclo das economias capitalistas;
organização, introdução e tradução de Jorge Miglioli.
São Paulo, HUCITEC, 1977.

(Coleção economia e planejamento. Serie teoria
econômica)

1 . Capitalismo 2. Desenvolvimento econômico
3. Ciclos econômicos I. Título.

17. CDD-330.15
18. -330.122
17. e 18. -338.09
17. e 18. -338.54

77-1137

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciclos econômicos 338.54 (17. e 18.)
2. Desenvolvimento econômico 338.09 (17. e 18.)
3. Economia capitalista 330.15 (17.) 330.122 (18.)

Palmanova, 600,00
01/10/81 183

AS EQUAÇÕES MARXISTAS DE REPRODUÇÃO E A ECONOMIA MODERNA

I

Antes de começar a tratar do tema específico deste trabalho, vamos modificar um pouco a divisão marxista da economia em departamentos, com o fim de simplificar nossa argumentação e concentrar-nos no problema básico dos esquemas de reprodução.

Em primeiro lugar, em vez de incluir no Departamento I os "bens de produção", suporemos que ele supre o valor total do investimento bruto, compreendendo aí as matérias-primas respectivas. Esse departamento representa assim a produção total de todos os bens finais não utilizados para consumo. (Como faz Marx ao tratar dos esquemas de reprodução, em nossa argumentação vamos abstrair o comércio exterior assim como as receitas e despesas governamentais.)

Em segundo lugar, trataremos do mesmo modo os bens de consumo, isto é, vamos incluir no departamento que produz esses bens as matérias-primas respectivas em todas as fases do processo produtivo. Além disso, mantendo-nos inteiramente de acordo com Marx, distinguiremos os seguintes departamentos: Departamento II, que produz bens de consumo para os capitalistas, e Departamento III, que produz bens de consumo para os trabalhadores.

Obteremos assim o seguinte "*tableau économique*" da renda nacional, onde P_1 , P_2 , e P_3 são os lucros brutos (isto é, antes de deduzir a depreciação) dos três departamentos, W_1 , W_2 , e W_3 são os respectivos montantes de salários, P e W são os lucros brutos totais e os salários totais, respectivamente, C_c o consumo dos capitalistas, C_w o consumo dos trabalhadores, e Y a renda nacional bruta (antes de deduzir a depreciação):

I	II	III	TOTAL
P_1	P_2	P_3	P
W_1	W_2	W_3	W
I	C_c	C_w	Y

II

Vamos supor, como o faz Marx, que os trabalhadores não poupam. Além disso, não levaremos em conta o problema da possível acumulação de estoques de bens não-vendidos, considerando-o um fenômeno passageiro. É fácil, então, chegar à fundamental "equação de troca" de Marx entre os departamentos I e II, de um lado, e o departamento III, de outro.

Os lucros no terceiro departamento, P_3 , se materializam nos bens de consumo (dos trabalhadores) que restam para os capitalistas desse departamento depois de pagos os salários W_3 — salários estes que absorvem uma igual quantidade de bens de consumo dos trabalhadores. Assim, os bens de consumo dos trabalhadores no valor de P_3 são vendidos aos trabalhadores dos departamentos I e II, ou seja:

$$P_3 = W_1 + W_2 \quad (1)$$

Marx considerava essa equação no contexto da reprodução ampliada, que se dá a uma dada taxa constante r . Todavia, é fácil observar que essa equação é válida em *qualquer* circunstância, sob a condição de que não se acumulem estoques de bens não vendidos — como mencionado acima.

Considerada nesse contexto geral, a equação (1) permite afirmar que — dada a distribuição da renda entre lucros e salários nos três departamentos — o investimento I e o consumo C_c dos capitalistas determinam os lucros e a renda nacional. De fato, adicionando $P_1 + P_2$ a ambos os lados da equação (1):

$$P_1 + P_2 + P_3 = P_1 + W_1 + P_2 + W_2$$

resulta:

$$P = I + C_c \quad (2)$$

Além disso, se denotamos $\frac{W_1}{I}$, $\frac{W_2}{C_c}$ e $\frac{W_3}{C_w}$ por, respectivamente,

w_1 , w_2 e w_3 , da equação (1) obtemos:

$$(1 - w_3)C_w = w_1I + w_2C_c$$

Como resultado, temos para o consumo dos trabalhadores:

$$C_w = \frac{w_1 I + w_2 C_c}{1 - w_3} \quad (3)$$

e para a renda nacional:

$$Y = I + C_c + C_w = I + C_c + \frac{w_1 I + w_2 C_c}{1 - w_3} \quad (4)$$

Assim, a renda (ou produto) nacional Y que se pode vender e os lucros P que se podem realizar são determinados, em qualquer circunstância (e não somente no caso da reprodução ampliada uniforme), pelo nível de investimento I e pelo consumo C_c dos capitalistas (dada a distribuição da renda entre salários e lucros). Poderia ser levantada a questão de por que as equações (2) e (4) têm de ser interpretadas desse modo e não ao inverso, isto é, no sentido de o investimento e o consumo dos capitalistas serem determinados pelos lucros e pela renda nacional. A resposta a essa questão fundamental é a seguinte.

O investimento e o consumo dos capitalistas, no curto período considerado, resultam de decisões tomadas no passado e devem, portanto, ser considerados como dados. No que se refere ao investimento, isso é consequência direta do lapso de tempo dependente do período de construção do equipamento de capital. Mas as alterações no consumo dos capitalistas também acompanham as mudanças nos lucros com algum atraso. Ora, as vendas e os lucros num dado período não podem ser um resultado direto de decisões passadas: os capitalistas podem decidir quanto investirão e consumirão no próximo ano, mas não podem decidir a respeito de quanto serão suas vendas e seus lucros. As variáveis independentes num dado período são o investimento e o consumo dos capitalistas. São essas duas magnitudes que, através das equações (2) e (4), determinam os níveis da renda nacional e dos lucros que se podem realizar.

III

As decisões dos capitalistas quanto a seu investimento e consumo são tomadas não em termos nominais, mas "reais", isto é, I e C_c devem ser calculados a preços constantes. Se w_1 , w_2 e w_3 são estáveis e as taxas nominais de salário em todos os três departamentos variam na mesma proporção, a mesma variação ocorrerá no caso dos preços da produção desses departamentos. Além disso, como se pode observar, as equações (2) e (3) são também válidas em termos "reais". Todo aumento "real" no consumo dos capitalistas ou no investimento dá como resultado, nessas circunstâncias, uma expansão do produto C_w do Departamento III, a fim de prover um excedente P_3 nesse departamento suficiente para cobrir a demanda gerada pelos maiores salários totais W_1 e W_2 dos Departamentos I e II.

Mas essas repercussões de um aumento de I ou de C_c apenas são possíveis se existir capacidade ociosa no Departamento III. Suponhamos que isso não ocorra. C_w será então constante em termos reais, ou seja, igual a uma constante B . Nesse caso, o acréscimo no valor nominal de $W_1 + W_2$ causará uma elevação dos preços e não da produção dos bens de consumo dos trabalhadores. Como resultado, o valor "real" de W_1 , W_2 , e W_3 se reduzirá em comparação com o nível que atingiria se houvesse capacidade ociosa no Departamento III. Logo, as razões $w_1 = W_1/I$, $w_2 = W_2/C_c$ e $w_3 = W_3/C_w = W_3/B$, em que todas as grandezas se expressam agora em termos "reais", declinarão proporcionalmente ao aumento dos preços dos bens de consumo dos trabalhadores. A equação (3) pode nesse caso ser escrita como:

$$\frac{w_1 I + w_2 C_c}{1 - w_3} = B$$

Nesse caso, quando I e/ou C_c crescem, w_1 , w_2 e w_3 devem declinar em uma proporção tal que faça com que o lado esquerdo da equação se iguale a B .⁽¹⁾

As seções I e II deste trabalho representam na realidade o núcleo da moderna teoria da demanda efetiva. Como se verá, essa

(1) Numa economia socialista os preços dos bens de consumo são sempre fixados em relação aos salários, de tal modo a assegurar a plena utilização da capacidade produtiva B ; ou seja, cumpre-se sempre a equação

$$\frac{w_1 I}{1 - w_3} = B$$

(visto que C_c obviamente é igual a zero no caso da economia socialista).

teoria pode ser inteiramente derivada da equação marxista (1) que representa a troca entre os Departamentos I e II, de um lado, e o Departamento III, de outro, se essa equação de troca for considerada dentro do contexto geral, antes que no contexto da reprodução ampliada uniforme.

IV

Vejamos agora o significado das equações (2) e (4) exatamente nesse último contexto, isto é, no processo de uma acumulação uniforme de capital. Denotemos por K o estoque "real" de capital, por r a taxa de acumulação líquida, e por δ a taxa de depreciação. Nesse caso, e recordando que I representa o investimento bruto (antes de deduzir a depreciação), podemos escrever a "equação da acumulação" como:

$$I = (r + \delta) K \quad (5)$$

Visto estarmos considerando o processo de crescimento a longo prazo, postulemos que o consumo C_c dos capitalistas seja proporcional aos lucros P . Posto que, segundo a fórmula (2), estes últimos são iguais a $I + C_c$, conclui-se que C_c mantém uma relação constante com I . Temos assim:

$$C_c = m I$$

Portanto, podemos escrever a equação (4) do seguinte modo:

$$Y = (1 + m) I + \frac{I(w_1 + m w_2)}{1 - w_3} = I \left(1 + m + \frac{w_1 + m w_2}{1 - w_3} \right) \quad (6)$$

e substituindo I por seu valor dado na equação (5), temos:

$$Y = K(r + \delta) \left(1 + m + \frac{w_1 + m w_2}{1 - w_3} \right) \quad (7)$$

A renda nacional, portanto, mantém uma relação constante com o estoque de capital K (sempre que w_1 , w_2 , e w_3 não se alterem). (2) Com uma dada relação entre a capacidade produtiva e o estoque de capital, o grau de utilização do equipamento é cons-

(2) Se a capacidade produtiva dos três departamentos se expande à mesma taxa, não haverá a escassez de bens de consumo dos trabalhadores discutida na seção anterior.

tante. Assim, se o equipamento de capital é utilizado satisfatoriamente na posição inicial, essa situação se mantém no decorrer da reprodução ampliada e não surge o problema de demanda efetiva.

Essa é a abordagem inerente a muitas teorias contemporâneas do crescimento econômico. Em particular, se diferenciamos a equação (7), obtemos:

$$\frac{dY}{dK} = \frac{Y}{K} = r \frac{Y}{rK}$$

Com uma satisfatória utilização constante do equipamento de capital, dK/dY é a chamada relação capital-produto, que denotaremos por R . Além disso, rK é o investimento líquido, e, portanto, rK/Y é a participação relativa da acumulação na renda nacional, que denotaremos por a . Temos assim:

$$\frac{1}{R} = \frac{r}{a} \quad \text{ou} \quad r = \frac{a}{R}$$

que é a fórmula básica da teoria de Harrod e Domar (na qual, todavia, o coeficiente a representa a "propensão da população a poupar" e não a razão entre a acumulação líquida proveniente dos lucros e a renda nacional, que depende da distribuição da renda entre os capitalistas e os trabalhadores).

Na realidade, muitas das teorias contemporâneas do crescimento são apenas variações sobre o tema dos esquemas marxistas de reprodução ampliada, que no presente trabalho são representados pelas equações

$$W_1 + W_2 = P_3 \quad (1)$$

$$I = (r + \delta)K \quad (5)$$

V

As repercussões das mudanças no investimento e no consumo dos capitalistas, descritas na seção III, não geram — acho eu — maiores apreensões. Diferentemente disso, o equilíbrio móvel descrito na seção IV depende da extrema suposição de que os capitalistas estão dispostos a efetuarem investimento que aumente seu capital a uma taxa constante r ao ano. O que acontece, entretanto, se eles se tornam mais cautelosos (talvez sob a influência de uma alteração na estrutura social de sua classe) e decidem reduzir o investimento de $(r + \delta)K$ para $(r' + \delta)K$, onde $r' < r$?

Conclui-se diretamente da fórmula (7) que $\frac{Y}{K}$ (e assim o grau de utilização do equipamento) declina na proporção $\frac{r' - \delta}{r - \delta}$ como resultado da queda da demanda efetiva. É claro que nessa situação os "cautelosos" capitalistas não mais estarão contentes com uma taxa menor de acumulação r' e a reduzirão ainda mais, a $r'' < r'$, e isso por sua vez afetará correspondentemente o grau de utilização do equipamento.

Alguns economistas tendem a considerar esse fenômeno como a fase declinante do ciclo econômico, a qual se processa em torno da trajetória inicial de crescimento. Tal proposição, todavia, não está bem fundamentada: não há razão para que, tendo deixado a instável trajetória inicial, o investimento deva flutuar em torno dela em vez de em torno do nível de depreciação δK (no qual $r = 0$). Ou, para dizê-lo em termos marxistas: por que não pode um sistema capitalista, uma vez em que se tenha desviado para baixo a partir da trajetória da reprodução ampliada, encontrar-se numa posição de reprodução simples a longo prazo?

Estamos inteiramente no escuro quanto ao que acontecerá de verdade em tal situação, na medida em que não solucionamos o problema dos determinantes das decisões de investimento. Marx não desenvolveu tal teoria, mas isso tampouco foi realizado pela Economia moderna. Têm sido feitas algumas tentativas no desenvolvimento da teoria das flutuações cíclicas. Mas os problemas da determinação das decisões de investimento envolvendo elementos ligados com a tendência de longo prazo são muito mais difíceis do que no caso do "ciclo econômico puro" (isto é, num sistema que a longo prazo está sujeito à reprodução simples). Eu mesmo tentei fazer alguma coisa nesse sentido, mas considero meu trabalho nesse campo como sendo de natureza evidentemente pioneira.⁽³⁾ Uma coisa, porém, está clara para mim: o crescimento a longo prazo da renda nacional, que implique uma utilização satisfatória do equipamento, numa economia capitalista, está longe de ser óbvio.

(3) Um novo artigo meu sobre esse assunto foi publicado no *Economic Journal*, número de junho de 1968. [Esse artigo corresponde ao capítulo 10 do presente livro].

Que Marx estava profundamente consciente do impacto da demanda efetiva sobre a dinâmica do sistema capitalista pode-se ver claramente no seguinte trecho do terceiro volume de *O Capital*: “As condições da exploração direta e as condições da realização da mais-valia não são idênticas. Elas estão separadas não apenas pelo tempo e espaço mas também logicamente. As primeiras estão limitadas meramente pela capacidade produtiva da sociedade, e as segundas pelas proporções dos diversos ramos de produção e pelo poder de consumo da sociedade.”

Marx, contudo, não investigou sistematicamente o processo descrito por seus esquemas de reprodução, do ponto de vista das contradições inerentes ao capitalismo resultantes do problema da demanda efetiva.

Foi um de seus mais proeminentes seguidores, Rosa Luxemburgo, quem expressou concepções muito claras e mesmo extremas acerca do assunto: ela rejeitou inteiramente a possibilidade de reprodução ampliada a longo prazo se não houvesse “mercados externos”. Por “mercados externos”, ela entendia os que estavam fora do sistema capitalista mundial, englobando não apenas os países subdesenvolvidos mas também os setores não capitalistas das economias capitalistas desenvolvidas — por exemplo, a agricultura camponesa assim como as compras do governo.

O argumento de Rosa Luxemburgo peca pelo fato de considerar que as decisões de investimento são tomadas pela classe capitalista como um todo e que essa classe se frustra pelo reconhecimento final da não existência de mercado para o excedente econômico. Todavia, o ceticismo de Rosa Luxemburgo quanto à possibilidade da reprodução ampliada a longo prazo é válido, porque, na verdade, não se pode tomar por suposto o crescimento auto-sustentado da economia capitalista. Se essa economia se expande realmente sem a ajuda dos “mercados externos”, isso, para mim, deve-se a certos aspectos do progresso técnico, os quais, porém, não necessariamente asseguram uma satisfatória utilização do equipamento a longo prazo.

Também não deveria ser descartada a importância dos “mercados externos” no desenvolvimento do capitalismo. Particularmente no capitalismo de hoje, os “mercados externos”, sob a forma de despesa governamental — especialmente com arma-

mentos — exercem um importante papel no funcionamento das economias. Essa despesa, na medida em que é financiada por empréstimos, ou mesmo por tributos sobre os capitalistas, contribui para a solução do problema da demanda efetiva, porque seu efeito não é contrabalançado por um declínio do investimento e do consumo. (O que aconteceria se essa despesa fosse financiada por tributação direta ou indireta dos trabalhadores.) Assim, hoje os "mercados externos" sob essa forma específica são mesmo de maior importância para a reprodução ampliada do que no tempo em que Rosa Luxemburgo propôs sua teoria.

O alto grau de utilização de recursos resultante de fato desses "mercados externos" criados pelo governo causa um impacto paradoxal sobre a teoria econômica do Ocidente. Ele gera uma atmosfera favorável à construção de modelos de crescimento das economias capitalistas de *laissez-faire* que não é perturbado pelo problema de longo prazo da demanda efetiva.